



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

Parecer n. 121/2025-LNS

Projeto de Decreto Legislativo n. 17/25

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo (PDL), de autoria Parlamentar, que dispõe sobre a concessão do Título de “Honra ao Mérito”.

A concessão de título honorífico é de competência privativa da Câmara Municipal e regida pelo art. 20, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM) ¹ e pela Resolução CMV n. 03/2003, alterada pelas Resoluções 03/2018 e 07/2022.

A LOM estabelece dois requisitos para a concessão do referido título: que o homenageado seja cidadão votorantinense e que tenha prestado serviços de relevância à “nossa cidade”.

O primeiro requisito, de caráter objetivo, encontra-se devidamente atendido, uma vez que o homenageado é natural de Votorantim. Já o segundo requisito, de natureza subjetiva, não comporta análise jurídica, visto que, conforme os artigos 3º e 4º da Resolução n. 03/2003, a apreciação quanto à conveniência da homenagem é de competência exclusiva do Conselho de Liderança.

Por meio da Resolução n. 03/2018, foram acrescentados ao art. 1º da Resolução n. 03/2003 novos pressupostos para a concessão de títulos honoríficos², os quais estão contemplados no PDL ora analisado.

Diante do exposto, opinamos pela legalidade da Proposta, ressaltando que sua aprovação exige o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos parlamentares.

LAUDICEIA
NOGUEIRA
SOARES

Assinado de forma
digital por
LAUDICEIA
NOGUEIRA SOARES
Dados: 2025.10.22
10:47:56 -03'00'

¹ Art. 20 Compete à Câmara, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras:

XIX - conceder mediante Decreto Legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo dois terços de seus membros, os seguintes títulos:

b) de Honra ao Mérito, aos cidadãos votorantinenses que prestaram serviços de relevância à nossa cidade.

² Art. 1º [...]

§ 6º Para o cumprimento do parágrafo anterior deverá constar anexo ao Projeto de Decreto Legislativo para concessão de título honorífico, as certidões criminais fornecidas:

I - pela Justiça Federal de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o homenageado tenha o seu domicílio;

II - pela Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição na qual o homenageado tenha o seu domicílio;

III - pelos tribunais competentes, quando os homenageados possuírem foro por prerrogativa de função.